

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

		3 meses	s findos em	9 meses	s findos em
	Notas	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Receita operacional, líquida	3	825	1.062	2.573	2.664
Custos dos serviços		(631)	(818)	(1.862)	(2.033)
Custos com energia elétrica	4	(417)	(645)	(1.229)	(1.565)
Custos de construção	5	(142)	(108)	(426)	(278)
Custos de operação	6	(72)	(65)	(207)	(190)
Lucro bruto		194	244	711	631
Perdas de créditos esperadas	10.2	(2)	(2)	(8)	(4)
Despesas com vendas	6	(9)	(9)	(27)	(28)
Outras receitas (despesas) gerais e					
administrativas	6	(37)	(31)	(103)	(85)
Lucro operacional		146	202	573	514
Resultado financeiro	7	(38)	(22)	(120)	(35)
Receitas financeiras		33	15	84	55
Despesas financeiras		(48)	(49)	(179)	(132)
Outros resultados financeiros, líquidos		(23)	12	(25)	42
Lucro antes dos tributos		108	180	453	479
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(7)_	(41)	(76)	(92)
Corrente		(15)	(24)	(45)	(50)
Diferido		8	(17)	(31)	(42)
Lucro líquido do período		101	139	377	387
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)				
Ordinária	13.2 (a)	0,59	0,81	2,19	2,25
Preferencial A		0,65	0,89	2,13	2,23
Preferencial B		0,65	0,89	2,41	2,48
		0,00	0,00	_,	_,



### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	3 mes 30/set/22	es findos em 30/set/21	9 mese 30/set/22	es findos em 30/set/21
Lucro líquido do período	101	139	377	387
Outros resultados abrangentes Itens que não serão reclassificados para o resultado: Obrigações com benefícios à empregados		15		15
Hedge de fluxo de caixa	_	-	(1)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(5)	(')	(5)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	10	(1)	10
Itens que serão reclassificados para o resultado: Hedge de fluxo de caixa Tributos diferidos sobre resultados abrangentes Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(7) 2 (5)	(1) 1	(23) 8 (15)	(12) 4 (8)
Outros resultados abrangentes do período líquido dos tributos	(5)	10	(16)	2
Resultado abrangente do período	96	149	361	389



### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	30/set/22	30/set/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	377	387
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	109	96
Baixa de ativos não circulantes	29	1
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	76	92
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	120	35
Valor de reposição estimado da concessão	(71)	(108)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	211	(27)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(47)	98
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(6)	(6)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	217	(194)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(162)	` 62
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	` (1)	(3)
Outros ativos e passivos, líquidos	(5 <sup>2</sup> )	(13)
Caixa líquido proveniente das operações	800	420
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(55)	(28)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	(18)	5
Rendimentos de aplicações financeiras	33	6
Juros pagos - Arrendamentos	(2)	- -
Tributos sobre o lucro pagos	-	(47)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	758	356
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(438)	(283)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(7)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	5	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(440)	(283)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	800	100
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(6)	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(85)	(64)
Depósitos em garantias	(00)	2
Obrigações especiais	5	2
Pagamento de principal - Arrendamentos	(1)	(1)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(603)	(97)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	110	(58)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de imanciamentos	110	(30)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	428	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	167	209
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	595	224
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	5	4
Arrendamentos capitalizados	2	i
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de	-	2
bens		_

<sup>(\*)</sup> Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.



### BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	30/set/22	31/dez/21
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	595	167
Contas a receber de clientes e outros	10	528	702
Títulos e valores mobiliários		4	2
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	132	144
	(a)		
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	48	45
Outros tributos a recuperar	8.2.1	218	244
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	57	120
Outros ativos circulantes		75	48
Total do circulante		1.657	1.472
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	54	55
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	97	126
	(a)		
Outros tributos a recuperar	8.2.1	385	446
Depósitos judiciais	16.1	22	21
	(c)		
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	ìí	-	15
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	2.305	1.933
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	403	405
Outros ativos não circulantes		6	9
Direito de uso		15	15
Intangível	13	704	695
Total do não circulante		3.991	3.720
<b>-</b>			
Total do ativo		5.648	5.192



### BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	30/set/22	31/dez/21
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	276	318
Empréstimos e financiamentos	15.2	780	709
Passivo de arrendamento		3	2
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	8	3
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18 ်	35	41
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	12	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	72	152
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	186	215
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	22	34
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	10	12
Outros passivos circulantes	17	74	98
Total do circulante		1.478	1.584
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	23	21
Empréstimos e financiamentos	15.2	2.157	1.432
Passivo de arrendamento		14	13
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	3	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	4	18
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	100	77
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	338	411
Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	1	1
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	116	113
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	124	-
Outros passivos não circulantes	17	16	9
Total do não circulante		2.896	2.095
Patrimônio líquido		1.274	1.513
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.648	5.192

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais)



					Reservas de Lucro	s			
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	542	185	8	28	240	175	-	335	1.513
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	377	-	377
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	_	-	-	-	-	(335)	(335)
Outros resultados abrangentes Transações com acionistas	-	-	(16)	-	-	-	-	` '-	(16)
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	_	-	-	-	(66)	-	(66)
Dividendos Intermediário (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-		(199)	-	(199)
Saldos em 30 de setembro de 2022	542	185	(8)	28	240	175	112		1.274
					Reservas de Lucro	os			
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	542	185	25	28	166	175	-	208	1.329
Lucro líquido do período	-	-	-	-	=	-	387	-	387
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	=	=	(208)	(208)
Outros resultados abrangentes	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Transações com acionistas									
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))						<u>-</u> _	(27)	<u> </u>	(27)
Saldos em 30 de setembro de 2021	542	185	27	28	166	175	360	-	1.483



### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

Receitas           Vendas de energia, serviços e outros         3.547         3.634           Perdas de créditos esperadas         (8)         (4)           Insumos adquiridos de terceiros         3.539         3.630           Insumos adquiridos de terceiros         8         (1.053)         (1.375)           Energia elétrica comprada para revenda (*)         (1.053)         (1.375)           Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)         (314)         (340)           Materiais, serviços de terceiros e outros (*)         (549)         (387)           Valor adicionado bruto         1.623         1.528           Depreciação e amortização (*)         (109)         (96)           Valor adicionado líquido produzido pela entidade         1.514         1.432           Valor adicionado recebido em transferência         8         381         327           Valor adicionado total a distribuir         1.895         1.759		30/set/22	30/set/21
Perdas de créditos esperadas	Receitas		
1.528   1.52	Vendas de energia, serviços e outros	3.547	3.634
Insumos adquiridos de terceiros         Energia elétrica comprada para revenda (*)       (1.053)       (1.375)         Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)       (314)       (340)         Materiais, serviços de terceiros e outros (*)       (549)       (387)         Valor adicionado bruto       1.623       1.528         Depreciação e amortização (*)       (109)       (96)         Valor adicionado líquido produzido pela entidade       1.514       1.432         Valor adicionado recebido em transferência       381       327	Perdas de créditos esperadas	(8)	(4)
Energia elétrica comprada para revenda (*)       (1.053)       (1.375)         Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)       (314)       (340)         Materiais, serviços de terceiros e outros (*)       (549)       (387)         Valor adicionado bruto       1.623       1.528         Depreciação e amortização (*)       (109)       (96)         Valor adicionado líquido produzido pela entidade       1.514       1.432         Valor adicionado recebido em transferência       381       327		3.539	3.630
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)       (314)       (340)         Materiais, serviços de terceiros e outros (*)       (549)       (387)         Valor adicionado bruto       1.623       1.528         Depreciação e amortização (*)       (109)       (96)         Valor adicionado líquido produzido pela entidade       1.514       1.432         Valor adicionado recebido em transferência       381       327			
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)(549)(387)Valor adicionado bruto1.6231.528Depreciação e amortização (*)(109)(96)Valor adicionado líquido produzido pela entidade1.5141.432Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras (*)381327		, ,	,
Valor adicionado bruto(1.916)(2.102)Depreciação e amortização (*)1.6231.528Valor adicionado líquido produzido pela entidade1.5141.432Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras (*)381327			
Valor adicionado bruto1.6231.528Depreciação e amortização (*)(109)(96)Valor adicionado líquido produzido pela entidade1.5141.432Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras (*)381327	Materiais, serviços de terceiros e outros (*)		<u> </u>
Depreciação e amortização (*)  Valor adicionado líquido produzido pela entidade  Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras (*)  (109)  (109)  1.514  1.432			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Valor adicionado líquido produzido pela entidade1.5141.432Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras (*)381327			
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras (*) 381 327			
Receitas financeiras (*)         381         327	Valor adicionado liquido produzido pela entidade	1.514	1.432
Receitas financeiras (*)         381         327	Valor adicionado recebido em transferência		
		381	327
1100			
· ·			
Distribuição do valor adicionado Pessoal			
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º 64 59		64	59
salário)	salário)		
Encargos sociais (exceto INSS) 6 9			
Benefícios 45 39	Benefícios		
(-) Transferências para ordens (34)	·		(29)
Outros <u>3</u> 4	Outros		
84 82		84	82
Impostos, taxas e contribuições		4.0	4.0
INSS (sobre folha de pagamento) 18 13			
ICMS 551 546			
PIS e COFINS 97 153			
Tributos sobre o lucro 76 92 Obrigações intrassetoriais 192 123			
Obrigações intrassetoriais 192 123 Outros 3 3			
937 930	Cuiros		
Pomunoração do capitais do torcoiros	Pomunoração do capitais do torcoiros		
Remuneração de capitais de terceiros  Juros, variações cambiais e alugueis (*)  497  360		197	360
497 360	ouros, variações cambiais e alugueis ( )		
407		701	330
Remuneração de capitais próprios	Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas 265 27		265	27
Lucros retidos 112 360	Lucros retidos	112	360
377 387			
Valor adicionado distribuído 1.895 1.759	Valor adicionado distribuído	1.895	1.759

<sup>(\*)</sup> Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – NEOENERGIA COSERN ("Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão n° 8 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

#### 1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, que são reproduzidas por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e o CPC 21- Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 24 de outubro de 2022.

### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

#### 2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As normas, práticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

### 2.4 Novas normas vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

### a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mãode-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	3 meses findos em		9 mes	es findos em
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Fornecimento de energia (nota 3.1)	431	494	1.442	1.309
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	547	510	1.594	1.448
Construção de infraestrutura da concessão Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -	142	108	426	278
CCEE	22	5	53	97
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	19	-	28
Valor de reposição estimado da concessão (1) Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais	(32)	49	71	108
(nota 3.3)	(10)	221	(82)	330
Outras receitas (nota 3.4)	16	12	43	36
Receita operacional bruta	1.116	1.418	3.547	3.634
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(291)	(356)	(974)	(970)
Receita operacional, líquida	825	1.062	2.573	2.664

<sup>(1)</sup> Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

### Reajuste tarifário Anual – IRT 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 19 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Rio Grande do Norte – NEOENERGIA COSERN, com vigência a partir de 22 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.025/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 20,36%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 19,75%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 20,55%.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março de 2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 6,72%, totalizando R\$ 1.929, impactada principalmente pelo aumento de 9,5% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 242,32 MWh. Já a variação da parcela B foi de 5,54%, totalizando R\$ 1.201, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de 0,02%.

### Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia de Eletricidade do Rio Grande do Norte – Neoenergia Cosern, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 21 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.057/2022. A redução média das tarifas da Companhia, a ser percebida pelos clientes, foi de -1,54%. A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3.1 Fornecimento de energia elétrica

			3 mes	es findos em
		GWh		R\$
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	547	571	410	466
Comercial	192	204	163	196
Industrial	50	58	47	50
Rural	87	117	49	62
Poder público	65	57	55	50
Iluminação pública	49	57	23	32
Serviços públicos	32	33	23	23
Consumo próprio	2	1	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(1)	2
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(489)	(462)
Subvenções e subsídios governamentais (1)	-	-	151	75
Total	1.024	1.098	431	494

			9 mes	es findos em
		GWh		R\$
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	1.759	1.828	1.368	1.332
Comercial	617	632	565	537
Industrial	153	180	142	141
Rural	265	332	150	158
Poder público	201	172	173	134
Iluminação pública	148	159	74	74
Serviços públicos	96	114	68	68
Consumo próprio	5	4	=	-
Fornecimento não faturado	=	-	(7)	(5)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(1.444)	(1.323)
Subvenções e subsídios governamentais (1)	-	-	353	193
Total	3.244	3.421	1.442	1.309

<sup>(1)</sup> A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de noves meses findo em 30 de setembro de 2022, foi registrada receita de R\$ 353 (R\$ 193 em 30 de setembro de 2021), sendo: (i) R\$ 120 (R\$ 103 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 87 (R\$ 82 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 3 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 31 (R\$ 8 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 33 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobrás.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	3 mes	ses findos em	9 meses findos er		
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21	
Consumidor livre	58	48	150	125	
Consumidor cativo (1)	489	462	1.444	1.323	
Total	547	510	1.594	1.448	

<sup>(1)</sup> Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.025/2022.

#### 3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
CVA e neutralidade				
Energia (i)	(37)	154	(124)	178
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	(37)	34	(237)	69
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(4)	(2)	21	-
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	1	(6)	(15)	18
Neutralidade de encargos setoriais	10	(1)	13	2
PROINFA	(2)	(1)	4	2
	(69)	178	(338)	269
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (iv)	51	(18)	112	(13)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (v)	(2)	9	6	11
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	-	-	(7)
Passivo conta COVID	-	-	-	(10)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	45	48	135	84
Modicidade Eletrobrás (vii)	(79)	-	(79)	-
Bandeira escassez hídrica (viii)	41	-	73	-
Outros	3	4	9	(4)
	59	43	256	61
Total	(10)	221	(82)	330

- (i) Energia: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em uma CVA mais passiva neste ano;
- (ii) Encargos do Serviço do Sistema ESS: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS\_CAR), e constituída do passivo associado ao ingresso do empréstimo da conta de escassez hídrica, no montante de R\$ 33, conforme determinado pela ANEEL, resultando em uma CVA mais passiva neste ano;



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST Rede Básica: CVA ativa, em função da REH nº 3.066/2022, com vigência a partir de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, realizando-as acima da cobertura tarifária ANEEL;
- (iv) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário:
- (v) <u>Ultrapassagem de demanda/excedente reativo</u>: Componente Financeiro referente a antecipação da reversão de créditos da UDER, conforme Despacho ANEEL nº 245/2016, e homologados pela ANEEL a partir do processo tarifário de 2021. Sendo no IRT 2021 homologado a antecipação das competências de novembro de 2017 a março de 2021, e no IRT 2022 as competências de abril de 2021 a fevereiro de 2022;
- (vi) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, atualizado pela Revisão Tarifária Extraordinária RTE (julho de 2022), R\$ -220 à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 45 em contrapartida da redução da receita;
- (vii) Modicidade Eletrobrás: Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022; e
- (viii) Bandeira escassez hídrica: A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ -166, conforme REH 3.025/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da bandeira escassez hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 41, em contrapartida da redução da receita.

### 3.4 Outras receitas

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Renda da prestação de serviços	-	1	-	1
Arrendamentos e alugueis	11	9	32	25
Serviço taxado	1	1	1	2
Comissão de serviços de terceiros	3	2	9	8
Outras receitas	1	(1)	1	-
Total	16	12	43	36



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3.5 Deduções de receita bruta

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Tributos				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e				
Serviços - ICMS (1)	(148)	(195)	(550)	(546)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição	, ,	, ,	, ,	, ,
para o Financiamento da Seguridade Social -				
COFINS	(78)	(118)	(230)	(299)
Imposto Sobre Serviços - ISS	`(1)	` (1)	` (2)	` (2)
	(227)	(314)	(782)	(847)
Encargos setoriais				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(52)	(31)	(158)	(92)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(3)	(4)	(10)	(11)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(4)	(1)	(11)	(5)
Outros encargos (2)	(5)	(6)	(13)	(15)
	(64)	(42)	(192)	(123)
Total	(291)	(356)	(974)	(970)

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/22 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Distribuidora limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética EPE, Pesquisa e Desenvolvimento P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica TFSEE.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	3 meses findos em			
	GWh			R\$
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação				
Regulado - ACR (i)	922	699	(192)	(287)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(33)	(151)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	13	(1)	(9)
Contratos por cotas de garantia física (iii)	324	320	(47)	(41)
Energia adquirida contrato bilateral (iv)	192	195	(65)	(61)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	47	47	(16)	(10)
Outros	29	29	(14)	(20)
Subtotal	1.514	1.303	(368)	(579)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	34	49
Total	1.514	1.303	(334)	(530)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e				
transmissão				
Encargos de rede básica			(64)	(56)
Encargos de conexão			(9)	(12)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(4)	(70)
Encargo de Energia de Reserva - EER (viii)			(14)	16
Outros encargos			· -	(1)
Subtotal			(91)	(123)
Créditos de PIS e COFINS			8	8_
Total			(83)	(115)
Total dos custos com energia elétrica			(417)	(645)



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

			9 mese	es findos em
		GWh		R\$
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação				
Regulado - ACR (i)	2.801	2.520	(568)	(733)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(73)	(256)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	13	(3)	(41)
Contratos por cotas de garantia física (iii)	1.006	1.011	(131)	(119)
Energia adquirida contrato bilateral (iv)	570	577	(188)	(165)
Cotas das Úsinas Angra I e Angra II (v)	139	140	(48)	(32)
Outros	78	80	(42)	(29)
Subtotal	4.594	4.341	(1.053)	(1.375)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	101	121
Total	4.594	4.341	(952)	(1.254)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e				
transmissão				
Encargos de rede básica			(177)	(188)
Encargos de conexão			(30)	(29)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(60)	(124)
Encargo de Energia de Reserva - EER (viii)			(47)	2
Outros encargos			<u> </u>	(1)
Subtotal			(314)	(340)
Créditos de PIS e COFINS			37	29
Total			(277)	(311)
Total dos custos com energia elétrica			(1.229)	(1.565)

- (1) PLD Preço de Liquidação de Diferenças.
- (2) MRE Mecanismo de Realocação de Energia.
- (i) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (ii) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (iii) Aumento conforme REH ANEEL 3.068/2022, de 12 de julho de 2022;
- (iv) Reajuste da tarifa R\$/MWh do gerador a partir de 22 de abril de 2022;
- (v) Reajuste da receita fixa, conforme REH ANEEL 3.002/2021, de 14 de dezembro de 2021;
- (vi) Redução dos custos do ESS Brasil; e
- (vii) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	3 mese	9 meses findos em		
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Pessoal	(11)	(9)	(32)	(28)
Material	(77)	(55)	(246)	(147)
Serviços de terceiros	(50)	(41)	(141)	(101)
Juros sobre obras em andamento	(2)	(1)	(5)	(4)
Outros	(3)	(3)	(8)	(2)
Obrigações especiais	1	1	6	4
Total	(142)	(108)	(426)	(278)

### 6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

			3 mes	es findos em
				30/set/22
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(16)	(2)	(15)	(33)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(20)	(7)	(11)	(38)
Depreciação e amortização	(32)	-	(6)	(38)
Provisão para processos judiciais	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas	(4)	-	-	(4)
Total	(72)	(9)	(37)	(118)

	3 meses findos em				
				30/set/21	
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total	
<u> </u>					
Pessoal (1)	(15)	(3)	(13)	(31)	
Serviços de terceiros	(19)	(6)	(8)	(33)	
Depreciação e amortização	(29)	-	(6)	(35)	
Provisão para processos judiciais	-	-	(5)	(5)	
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)	
Outras receitas e despesas, líquidas	(2)	-	2	-	
Total	(65)	(9)	(31)	(105)	



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

			9 mes	es findos em
			Outros	30/set/22
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(49)	(7)	(44)	(100)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(56)	(20)	(28)	(104)
Depreciação e amortização (2)	(91)	-	(17)	(108)
Provisão para processos judiciais	-	-	(7)	(7)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(11)		(4)	(15)
Total	(207)	(27)	(103)	(337)

			9 m	eses findos em
				30/set/21
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	<u>Total</u>
Pessoal (1)	(47)	(9)	(38)	(94)
Administradores	-	-	`(1)	`(1)
Serviços de terceiros	(53)	(19)	(26)	(98)
Depreciação e amortização (2)	(81)	. ,	(14)	(95)
Provisão para processos judiciais	-	-	(7)	(7)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas	(9)	-	3	(6)
Total	(190)	(28)	(85)	(303)

<sup>(1)</sup> Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

<sup>(2)</sup> Crédito de PIS/COFINS, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 30 de setembro de 2021).



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 7. RESULTADO FINANCEIRO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	21	3	33	6
(-) Tributos sobre receita financeira	(2)	(1)	(4)	(3)
Juros e encargos contas a receber de clientes e				
outros títulos	10	9	36	42
Atualização de depósitos judiciais	-	-	1	(1)
Atualização do ativo financeiro setorial	2	1	15	7
Outras receitas financeiras	2	3	3	4
	33	15	84	55
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(43)	(42)	(161)	(112)
Atualização de provisões para processos judiciais	3	(2)	(2)	(6)
Outras despesas financeiras	(8)	(5)	(16)	(14)
Salas despesas interiorias	(48)	(49)	(179)	(132)
	. ,			, ,
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a				
mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (ii)	(34)	(50)	(135)	(110)
Ganhos com variações cambiais e marcação a				
mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	11	9	157	113
Perdas com instrumentos financeiros derivativos				
(nota 15.3(b))	(30)	(11)	(174)	(115)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos				
(nota 15.3(b)) (ii)	31	65	131	154
Perdas com variações cambiais e monetárias	(2)	(1)	(7)	(2)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1		3	2
	(23)	12	(25)	42
Resultado financeiro líquido	(38)	(22)	(120)	(35)

- (i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida (CDI, IPCA e outros) e aumento no volume da dívida; e
- (ii) Redução do euro e do dólar em comparação ao aumento verificado nos nove meses do ano passado, gerando maiores ganhos nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente perdas nos derivativos.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

#### 8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

### 8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro antes dos tributos sobre o lucro Tributos sobre o lucro às alíquotas da	108	180	453	479
legislação - 34% Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(37)	(61)	(154)	(163)
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital				
próprio	7	-	22	9
Incentivos fiscais	21	21	54	58
Outras adições (reversões) permanentes	2	(1)	2	4
Tributos sobre o lucro	(7)	(41)	(76)	(92)
Alíquota efetiva	6%	23%	17%	19%
Corrente	(15)	(24)	(45)	(50)
Diferido	8	(17)	(31)	(42)



(30)

(42)

(1)

(73)

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Saldo em 30 de setembro de 2021

Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes

Efeitos reconhecidos no resultado

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	30/set/22	31/dez/21
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	27	31
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	(6)	(6)
Provisão para processos judiciais	43	43
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	15	13
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	14	14
Arrendamentos capitalizados	1	-
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	(11)	(10)
PLR	5	8
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(183)	(158)
Capitalização de juros de dívida	(16)	(14)
Valor justo de instrumentos financeiros	6	(3)
Outros	5	5
Total passivo não circulante	(100)	(77)
Passivo não circulante	(100)	(77)
As variações dos tributos diferidos são as seguintes:		
	Ativo	Passivo_
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(77)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(31)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	8
Saldo em 30 de setembro de 2022	-	(100)
		•



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher e imposto corrente passivo longo prazo

	30/set/22_	31/dez/21
IRPJ	35	33
CSLL Total ativo circulante	<u>13</u> <b>48</b>	12 <b>45</b>
	30/set/22	31/dez/21
IRPJ	4	1
CSLL	9	-
Total	13	1
Circulante	12	-
Não circulante	1	1

#### 8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Companhia possuía tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

### 8.2 Outros Tributos

### 8.2.1 Outros tributos a recuperar

	30/set/22	31/dez/21
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	74	61
Programa de Integração Social - PIS (i)	94	111
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	434	516
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	1
Outros	1	1
Total	603	690
Circulante	218	244
Não circulante	385	446

(i) Impacto do Ressarcimento a consumidores no valor de R\$ 94 e R\$ 431 PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.3).



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

<u>-</u>	30/set/22	31/dez/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14	72
Programa de Integração Social - PIS	3	1
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13	6
Impostos e contribuições retidos na fonte	8	7
Outros	2	3
Outros tributos a recolher	40	89
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14	17
Programa de Eficiência Energética - PEE	18	22
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3	4
Bandeira tarifária	-	36
Outros	1	2
Encargos setoriais	36	81_
Total	76	170
Circulante	72	152
Não circulante	4	18

#### 8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou Embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para: (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 524 em 30 de setembro de 2022.

Com o advento da Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>725</b>
Constituição	56
Atualização monetária	22
Compensação	(137)
Saldo em 30 de setembro de 2021	666
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>626</b>
Atualização monetária	32
Compensação	(134)
Saldo em 30 de setembro de 2022	524
Circulante	186
Não circulante	338

### 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/set/22	31/dez/21
Caixa e depósitos bancários à vista	15	25
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	133	40
Fundos de Investimento	447	102
Total	595	167

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 setembro de 2022 é de 100,51% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021).

### 10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

			30/set/22			31/dez/21
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	562	(83)	479	670	(81)	589
3	14	-	14	28	-	28
Disponibilidade da rede elétrica Subvenções e subsídios	19	-	19	16	-	16
governamentais	45	_	45	100	_	100
Outros recebíveis	29	(4)	25	28	(4)	24
Total	669	(87)	582	842	(85)	757
Ativo circulante			528			702
Ativo não circulante			54			55



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

		30/set/22		31/dez/21
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	185	(29)	195	(22)
Comercial	70	(10)	85	(9)
Industrial	40	(18)	41	(18)
Rural	29	(8)	36	(9)
Poder público	83	(13)	109	(20)
Iluminação pública	19	`(1)	23	`(1)
Serviço público	18	(1)	20	(1)
Não faturado	118	(3)	161	(1)
Total	562	(83)	670	(81)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	Recebível	30/set/22 Perdas de créditos esperadas	Recebível	31/dez/21 Perdas de créditos esperadas
A vencer	299	(7)	342	(4)
Saldos vencidos:	263	(76)	328	( <del>77</del> )
90 dias	131	(4)	180	(4)
Entre 91 e 180 dias	20	(5)	29	(5)
Entre 181 e 360 dias	31	(11)	38	(7)
Acima de 361 dias	81_	(56)	81	(61)
	562	(83)	670	(81)

### 10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	9 me	9 meses findos em		
	30/set/22	30/set/21		
Saldo inicial do período	(85)	(86)		
Efeito reconhecido no resultado do período	(9)	(4)		
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	7	5		
Saldo final do período	(87)	(85)		

Em 30 de setembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 9 (R\$ 4 em 30 de setembro de 2021), sendo R\$ 1 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) de resultado financeiro.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 11.ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/set/22				31/dez/21	
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	59	(74)	(15)	112	(8)	104
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	100	(165)	(65)	167	-	167
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18	-	18	-	(5)	(5)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	41	(4)	37	53	(4)	49
Neutralidade de encargos setoriais	13	(6)	7	1	(7)	(6)
Outros	8	(2)	6	3	(2)	1
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação	87	-	87	8	(33)	(25)
Risco hidrológico	-	(61)	(61)	-	(64)	(64)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(25)	(25)	-	(30)	(30)
Passivo conta COVID	-	-	-	-	(2)	(2)
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	-	-	-	(2)	(2)
CDE modicidade eletrobrás	-	(81)	(81)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (1)	54	(108)	(54)	137	(191)	(54)
Bandeira escassez hídrica (2)	78	` -	78	-	` -	
Outros	2	(1)	1_	2		2
Total	460	(527)	(67)	483	(348)	135
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	221	(53)	168	41	(39)	2
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	239	(474)	(235)	442	(309)	133
Total	460	(527)	(67)	483	(348)	135
Ativo circulante			57			120
Ativo não circulante			-			15
Passivo não circulante			(124)			-

- (1) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, atualizado na RTE (julho de 2022), a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2022 a março de 2023, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.
- (2) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro de 2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

#### 12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	9 n	neses findos em
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	1.933	1.525
Baixas	(10)	(1)
Transferência ativo contratual (1)	308	191
Transferência ativo intangível (2)	3	4
Ajustes a valor justo (3)	71	108
Saldo final do período	2.305	1.827
Ativo não circulante	2.305	1.827

- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.
- (2) Transferência do ativo intangível, refere-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (3) Ajuste a valor justo em decorrência da variação do IPCA no período.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	9 n	neses findos em	
	30/set/22	30/set/21	
Saldo inicial do período	405	434	
Adições (1)	438	285	
Baixas	(10)	(3)	
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(127)	(121)	
Transferências - ativos financeiros (1)	(308)	(191)	
Transferências - outros	` ź	`(11)	
Saldo final do período	403	393	
Custo	408	396	
Obrigações especiais	(5)	(3)	

<sup>(1)</sup> Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 13.INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,24%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	695
Baixas	(12)
Amortização	(103)
Transferências - ativo financeiro (1)	(3)
Transferências - ativo contratual (2)	127
Saldo em 30 de setembro de 2022	704
Custo	2.009
Amortização acumulada	(1.231)
Obrigações especiais	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	686
Baixas	(3)
Amortização	(89)
Transferências - ativo financeiro (1)	(4)
Transferências - ativo contratual (2)	121_
Saldo em 30 de setembro de 2021	711
Custo	1.938
Amortização acumulada	(1.143)
Obrigações especiais	(84)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

### 14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/set/22	31/dez/21
Energia elétrica	153	130
Encargos de uso da rede	36	122
Materiais e serviços	87	66
Energia livre	23	21
Total	299	339
Circulante	276	318
Não circulante	23	21

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### 15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	30/set/22	31/dez/21
Empréstimos e financiamentos bancários	628	645
Agências de fomento	137	130
Mercado de capitais (debêntures)	2.172	1.366
Empréstimos e financiamentos (1)	2.937	2.141
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(218)	(267)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(595)	(167)
(-) Títulos e valores mobiliários	(4)	(2)
Dívida líquida	2.120	1.705

<sup>(1)</sup> No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

### 15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

#### a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/set/22	31/dez/21
Denominados em R\$	2.322	1.506
Indexados a taxas flutuantes	2.319	1.503
Indexados a taxas fixas	3	3
Denominados em US\$	626	641
Indexados a taxas fixas	626	641
	2.948	2.147
(-) Custos de transação	(11)	(6)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	2.937	2.141
Passivo circulante	780	709
Passivo não circulante	2.157	1.432



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Em 30 de setembro de 2022, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/set/22	31/dez/21
Custo médio em % CDI (1)	100,5%	154,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,2%	7,3%
Saldo da dívida	2.937	2.141
Instrumentos financeiros derivativos	(218)	(267)
Dívida total líquida de derivativos	2.719	1.874

- (1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.
- (2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

### b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

			Instrumentos	
	Principal (1)	Juros (1)	derivativos	Total
2022	615	75	(125)	565
2023	368	205	(69)	504
2024	543	148	(42)	649
2025	8	126	-	134
2026	324	128	-	452
Entre 2027 e 2031	1.085	197	-	1.282
Entre 2032 e 2036	48	19	-	67
2037 em diante	33	4	-	37
Total	3.024	902	(236)	3.690

<sup>(1)</sup> O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de setembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

### c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	9 meses findos em		
	30/set/22	30/set/21	
Saldo inicial do período	2.141	1.703	
Efeito no fluxo de caixa:			
Captações (1)	800	100	
Amortizações de principal	(85)	(64)	
Custo de captação	(6)	-	
Pagamento de encargos de divida	(55)	(28)	
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	· , ,	2	
Efeito não caixa:			
Encargos incorridos	164	112	
Variação cambial	(20)	29	
Marcação a valor justo	(2)	(32)	
Saldo final do período	2.937	1.822	

(1) No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 a Companhia captou R\$ 800 por meio da 10ª emissão de debêntures com prazo final em 7 anos.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	27/12/2024	100	-
Linhas de financiamento	R\$	23/04/2023	388	128
			588	128

### e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de Covenants que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais Covenants da Companhia obrigam a manter certos índices como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

#### Companhia:

• Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

#### 15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo, e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira.

#### a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/set/22	31/dez/21	
Contratados para proteção de dívidas:			
Swap de moeda - US\$ vs R\$	139	190	
Swap de taxas de juros - R\$	79	77	
Exposição líquida	218	267	
Ativo circulante	132	144	
Ativo não circulante	97	126	
Passivo circulante	(8)	(3)	
Passivo não circulante	(3)	-	



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/set/22	31/dez/21
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	139	190
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	79	77
	218	267

#### b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

					9 mes	es findos em
			30/set/22			30/set/21
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	267	-	267	262	_	262
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(43)	-	(43)	39	-	39
Liquidação financeira entradas (saídas)	17	1	18	(5)	-	(5)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(23)	(1)	(24)	(12)	-	(12)
Saldo final	218		218	284		284
Ganho (perda) reconhecido no resultado Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(43)	-	(43)	39	-	39

### 16.PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

### 16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

### a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>Cíveis (i)</u> 16	Trabalhistas (ii) 102	Fiscais 7	<u>Total</u> 125
Adições e reversões, líquidas	6	2	(1)	7
Pagamentos Atualizações monetárias	(6) (3)	(2) 6	(1)	(8) 2
Saldo em 30 de setembro de 2022 Circulante Não circulante	13	108	5	126 10 116



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>Cíveis</u> 23	Trabalhistas 95	Fiscais 7	Total 125
Adições e reversões, líquidas	3	4	-	7
Pagamentos	(9)	(1)	-	(10)
Atualizações monetárias	` -	` <b>6</b>	-	` 6
Saldo em 30 de setembro de 2021	17	104	7	128
Circulante				9
Não circulante				119

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Provisões Trabalhistas: Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 90 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

### b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis (i)	105	100
Processos trabalhistas (ii)	7	69
Processos fiscais (iii)	89	83
Total	201	252

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

- (i) <u>Processos cíveis</u>: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros.
- (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, pedido de demissão voluntária e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis	1	2
Processos trabalhistas	5	4
Processos fiscais	16	15
Total	22	21

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

### **17.OUTROS PASSIVOS**

	30/set/22	31/dez/21
Caução em garantia (1)	36	34
Devoluções a consumidores (i)	18	43
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4	4
Repasse a terceiros	14	18
Bônus estratégico	2	2
Compartilhamento de pessoal	2	2
Outros	14	4
Total	90	107
Circulante	74	98
Não circulante	16	9

<sup>(1)</sup> Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

<sup>(</sup>i) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 29.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 18.SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida").

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/set/22	31/dez/21
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	35	41
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	(1)	(1)
Total	34	40
Ativo não circulante - outros (1)	(1)	(1)
Passivo circulante	35	41

A apresentação do saldo de Superávit do benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

#### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias ("ON"), e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal.

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 542.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/							Total	
Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	120.847.284	390	19.098.302	61	16.444.928	53	156.390.514	504
Outros	8.898.935	29	1.507.826	5	1.276.753	4	11.683.514	38
Total	129.746.219	419	20.606.128	66	17.721.681	57	168.074.028	542

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

### a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	3 meses findos em		9 m	eses findos em
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	76	105	285	292
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	13	18	50	51
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	12	16	42	44
Total	101	139	377	387
Em unidades de ações				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	129.746.219	129.746.219	129.746.219	129.746.219
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	20.606.128	20.606.128	20.606.128	20.606.128
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B <b>Total</b>	17.721.681 168.074.028	17.721.681 168.074.028	17.721.681 168.074.028	17.721.681 168.074.028
Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)	0,59	0,81	2,19	2,25
Ação preferencial A (R\$)	0,65	0,89	2,41	2,48
Ação preferencial B (R\$)	0,65	0,89	2,41	2,48

### b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2021, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2022, dos quais: (i) R\$ 335, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em agosto de 2022; (ii) R\$ 8, na forma complemento dividendos mínimos obrigatórios, pagos em agosto de 2022; e (iii) R\$ 24 (R\$ 27, menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em março de 2022.

O Conselho de Administração deliberou a remuneração aos acionistas, em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 19 (R\$ 22 menos R\$ 3 de imposto de renda) e, em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 19 (R\$ 22 menos R\$ 3 de imposto de renda), e em 26 de setembro de 2022, no montante de R\$ 18 (R\$ 21 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, e em 27 de julho de 2022 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 199 para pagamento a partir de 16 de agosto de 2022.

Em 30 de setembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 22 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2021).

### 19.3 Reserva de Capital

### (i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 5 em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### (ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 179, sendo R\$ 217 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 38 que corresponde a valor já capitalizado.

Em 30 de setembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 190 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2021).

#### 19.4 Reserva de Lucros

#### (i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei 6.404/76, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.

### (ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 240.

#### (iii) Reserva de retenção de lucro

Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 de R\$ 175.

### 20.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				30/set/22
	Subsidiárias da		Acionistas	
	Neoenergia	Controladora	e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (b)/(c)/(d)/(f)	2	15	12	29
	2	15	12	29
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	2	-	8	10
Dividendos e Juros sobre capital				
próprio a pagar (e)	-	17	5	22
Outros Passivos (d)	2	-	-	2
	4	17	13	34
				31/dez/21
	Subsidiárias da		Acionistas	
	Neoenergia	Controladora	e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (b)/(d)	2	-	14	16
	2	-	14	16
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	1	_	8	9
Dividendos e Juros sobre capital				
próprio a pagar (e)	-	29	5	34
Outros Passivos (d)	2	-	-	2
` ',	3	29	13	45

### 20.2 Transações com partes relacionadas

			9 mes	ses findos em
•				30/set/22
-	Subsidiárias		Acionistas	
	da Neoenergia	Controladora	e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)	6	-	-	6
Custos dos serviços (a)	(11)	-	(52)	(63)
Despesas gerais e administrativas	, ,		, ,	, ,
(b)/(d)/(f)	(2)	-	(4)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(5)	-	(5)
	(7)	(5)	(56)	(68)



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

			9 mes	ses findos em
				30/set/21
	Subsidiárias		Acionistas	
	da Neoenergia	Controladora	e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)/(f)	4	-	-	4
Custos dos serviços (a)	(9)	-	(48)	(57)
Despesas gerais e administrativas	, ,		` ,	, ,
(b)/(d)/(f)	(3)	-	(3)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(8)	-	(8)
. ,	(8)	(8)	(51)	(67)

### 20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOSERV;
- (b) Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos;
- (c) Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval com vencimento em 27 de junho de 2026;
- (d) Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo;
- (e) Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas; e
- (f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM encerrados em 30 de junho de 2022.

### 20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações dos administradores estatutários, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	3 meses findos em		9 mese	s findos em
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Salários e benefícios recorrentes	-	-	1	1
Outros benefícios de curto prazo	1	-	1	-
	1		2	1

Os honorários e benefícios de parte dos administradores da Companhia estão reconhecidos no resultado do controlador ou em sociedades sob controle comum.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

			30/set/22			31/dez/21
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						,
Caixa e equivalentes de caixa	148	-	447	65	-	102
Títulos e valores mobiliários	-	-	4	-	-	2
Contas a receber de clientes e outros	669	-	-	842	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	145	84	-	193	77
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	57	-	-	135	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	2.305	-	-	1.933
Outros ativos financeiros	21	-	-	24	-	-
Total	895	145	2.840	1.066	193	2.114
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	299	-	-	339	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.436	-	501	1.677	-	464
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	124	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	4	-	3	-
Passivo de arrendamento	17	-	-	15	-	-
Outros passivos financeiros	39	-	2	39	-	2
Total	2.915	7	507	2.070	3	466

CA - Custo Amortizado

VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR - Valor Justo por meio do Resultado

#### 21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração:
- **Nível 2** Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade).



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

			30/set/22			31/dez/21
	Nivel 2	Nivel 3	Total	Nivel 2	Nivel 3	Total
Ativos financeiros			_			_
Caixa e equivalentes de caixa	447	-	447	102	-	102
Títulos e valores mobiliários Instrumentos financeiros	4	-	4	2	-	2
derivativos	229	-	229	270	-	270
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	2.305	2.305	-	1.933	1.933
	680	2.305	2.985	374	1.933	2.307
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros	501	-	501	464	-	464
derivativos	11	-	11	3	-	3
Outros passivos financeiros	2	-	2	2	-	2
	514		514	469		469

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 71 e R\$ 108, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

### 21.4 Instrumentos financeiros pelo custo amortizado ("CA")

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

		30/set/22		31/dez/21
		Estimativa		Estimativa
		de valor		de valor
	Saldo	justo -	Saldo	justo -
	contábil	Nível 2	contábil	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.436	2.363	1.677	1.657

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

#### 21.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 21.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 30 de setembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de swap e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de	referência		Valo	r justo
Swap US\$ pré vs R\$ pós	30/set/22	31/dez/21	Vencimento (Ano)	30/set/22	31/dez/21
Ativo Passivo <b>Líquido</b>	US\$ 116 R\$ 471	US\$ 115 R\$ 457	2023-2024	614 (475) <b>139</b>	655 (465) <b>190</b>

#### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de	Valor de referência		Valo	Valor justo		
Swap IPCA vs CDI	30/set/22	31/dez/21	Vencimento (Ano)	30/set/22	31/dez/21		
Ativo	R\$ 507	R\$ 468	2022 - 2024	501	464		
Passivo	R\$ 422	R\$ 389	2022 - 2024	(421)	(387)		
Líquido				80	77		



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa em 30 de setembro de 2022, R\$ -0,41 (R\$ -0,10 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### 21.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de setembro de 2022.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,4066	(626)	(156)	(313)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		614	154	307
Exposição Líquida			_	(12)	(2)	(6)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Operação		Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte desembolsos em USD	de	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,4066	(1)	-	-
NDF		, ,	Queda do Dólar		1	-	-
Exposição Líquida				_	-	-	-
Item protegido: parte desembolsos em EUR	de	Euro (€)	Alta do Euro	5,2904	(2)	-	1
NDF			Queda do Euro		2	-	(1)
Exposição Líquida				_	-	-	

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
		Queda do					
Aplicações financeiras em CDI	CDI	CDI	13,65%	584	19	(5)	(9)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Debeniures		Alta do					
Dívidas em CDI	CDI	CDI	13,65%	(1.104)	(39)	(9)	(18)
		Alta do					
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	CDI	13,65%	(897)	(30)	(7)	(14)
		Alta do					
Dívida em IPCA	IPCA	IPCA	8,73%	(1.215)	(41)	(6)	(12)
Swaps IPCA x CDI (Ponta		Alta do					
Ativa)	IPCA	IPCA	8,73%	501	17	3	5